

# O Sindicalismo Brasileiro diante do Golpe

Andréia Galvão<sup>(1)</sup>

Paula Marcelino<sup>(2)</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

No presente texto<sup>(3)</sup>, nos propomos a discutir a maneira segundo a qual a crise econômica e política atualmente em curso afeta o sindicalismo brasileiro. Essa dupla crise altera aquilo que denominamos a “nova fase do sindicalismo brasileiro”. Ao longo dos governos do PT, o sindicalismo brasileiro esteve muito ativo nas reivindicações econômicas, ao mesmo tempo que demonstrava uma certa acomodação aos governos do PT e à sua política neodesenvolvimentista. Como os sindicatos se inserem nessa nova conjuntura? De que maneira são afetados e intervêm na crise? Quais as diferenças em relação ao período em que o governo esteve sob o comando do PT? Defendemos a hipótese de que num contexto de crescimento econômico, como o verificado até 2014, a proximidade entre a cúpula do movimento sindical e o governo inibiu o confronto sistemático dos interesses das organizações sindicais e dos trabalhadores por elas representados. Porém, num contexto de deterioração econômica e de acirramento do combate aos direitos já conquistados, a agenda neoliberal dos anos 1990 voltou com força à cena política, o que altera as condições de luta e provoca o rearranjo das forças sindicais.

O Brasil vive hoje em meio a uma dupla crise, econômica e política, que repercute negativamente sobre as condições de trabalho e de vida das classes populares. A crise econômica está relacionada ao processo desencadeado em nível internacional a partir de 2008, cujos

efeitos impactaram, ainda que de modo tardio, a economia nacional. A crise política, por sua vez, expressa-se no desmonte da base de sustentação do governo de Dilma Rousseff, na perda de apoio popular e no processo de ruptura institucional que culminou com o *impeachment* da presidenta em agosto de 2016.

A crise econômica afetou o crescimento do PIB, que caiu 3,8% de 2014 para 2015. O desemprego passou de 6,5% no último trimestre de 2014 a 11,8% no trimestre encerrado em setembro de 2016. A informalidade, que vinha numa trajetória de queda até 2013, também aumentou. A esse cenário econômico negativo para os trabalhadores, soma-se, desde a reeleição de Dilma Rousseff em 2014, um período de instabilidade política que, graças ao apoio decisivo da grande imprensa comercial e do Judiciário, teve como desfecho um golpe institucional perpetrado pelo Congresso Nacional.

Essa dupla crise evidencia as contradições acumuladas ao longo dos governos petistas<sup>(4)</sup>, governos esses sustentados por uma ampla, porém, heterogênea, coalizão político-partidária e social. Essa coalizão incluía, de um lado, partidos de centro e de direita, bem como setores da burguesia e, de outro, partidos de esquerda, sindicatos e movimentos sociais. As divergências no interior da “frente política neodesenvolvimentista”<sup>(5)</sup> e o acirramento do conflito distributivo fortaleceram a oposição ao governo e as críticas às políticas socialmente progressistas por ele implementadas. A alteração na correlação de forças sociais propiciou a retomada da

(1) Professora do Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas.

(2) Professora do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

(3) Este artigo é uma versão modificada de textos apresentados no XXXV Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-americanos, em abril de 2017, e no XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, em setembro de 2017.

(4) Ainda que consideremos relativamente imprecisa a expressão “governos do PT” ou “governos petistas”, já que constituídos a partir de uma ampla coalizão partidária e pouco orientados por decisões tomadas no âmbito do partido, a empregaremos para caracterizar, de maneira sintética, o período de doze anos em que a presidência da república esteve sob o comando de Lula e Dilma.

(5) BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo, 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2013. SAAD-FILHO Alfredo; BOITO Armando. Brazil: the failure of the PT and the rise of the ‘New Right’. *Socialist Register*, London: Merlin Press, p. 213-230, p. 190, 2016.

agenda neoliberal dos anos 1990 já no início do segundo mandato de Dilma Rousseff. Os movimentos sociais à direita, com forte presença da classe média alta<sup>(6)</sup>, ganharam as ruas e o conservadorismo político se intensificou<sup>(7)</sup>. A “coalizão produtivista”, fundada na defesa da intervenção do Estado para promover a industrialização, o crescimento econômico e a distribuição de renda se dissolveu, dando lugar a uma “frente única burguesa antidesenvolvimentista”<sup>(8)</sup> ou ao que Magalhães<sup>(9)</sup> identificou como o domínio de um bloco social e um pacto “antidistributivista”. Mudam, assim, as condições em que atua o sindicalismo brasileiro.

Como os sindicatos se inserem nessa conjuntura? De que maneira são afetados e intervêm na crise? Quais as diferenças em relação ao período em que o governo esteve sob o comando do PT? São essas as questões que este texto se propõe a discutir. Para isso, recuperaremos, na primeira parte do texto, as principais características da atuação do sindicalismo sob os governos petistas, tanto no que se refere à ação institucional junto ao Estado brasileiro e ao patronato quanto à mobilização coletiva. Na segunda parte, trataremos das tendências das mobilizações entre 2013 e 2016 e, na terceira, indicaremos as mudanças mais gerais na conjuntura político-econômica recente, discutindo de que maneira o sindicalismo reage ao avanço da direita e às políticas de austeridade implementadas pelo governo Temer.

## 2. O MOVIMENTO SINDICAL NOS GOVERNOS DO PT

A atuação do movimento sindical entre 2003 e 2014 foi por nós denominada de uma “nova fase”<sup>(10)</sup>. Essa

nova fase foi marcada pelo apoio da grande maioria do movimento sindical aos governos petistas; pela crescente participação das centrais sindicais nas instituições estatais; por conquistas obtidas no plano econômico; e pela retomada do ativismo grevista. As seis centrais sindicais oficialmente reconhecidas, entre as quais as mais importantes são CUT e Força Sindical (FS), apoiaram, até 2013, o governo de Dilma Rousseff<sup>(11)</sup>. Esse apoio não garantia o atendimento das demandas sindicais, tampouco impedia a implementação de políticas desfavoráveis aos trabalhadores, mas tornava o quadro sindical mais complexo. Algumas conquistas pontuais, como a valorização do salário mínimo, associada aos indicadores positivos do mercado de trabalho e aos resultados obtidos pela via da negociação coletiva e das greves explicavam, na nossa avaliação, a posição sindical diante dos governos do PT.

O debate bibliográfico sobre o sindicalismo brasileiro envolve questões como a capacidade de influência sindical no processo decisório; os resultados obtidos por intermédio das greves e negociações coletivas; a relação entre participação institucional, mobilização e contestação. Essas questões são frequentemente tratadas de uma perspectiva dicotômica, que desconsidera a complexidade do contexto político-ideológico e simplifica as disputas entre diferentes lógicas e estratégias sindicais. Alguns autores consideram que a tendência à burocratização decorrente da estrutura sindical corporativista<sup>(12)</sup> se intensifica sob governos de esquerda, que buscariam integrar de modo mais orgânico os sindicatos ao Estado. Desse modo, contrapõem a burocratização à autonomia sindical, apontando a cooptação do sindicalismo pelo Estado<sup>(13)</sup>; o transformismo da alta

(6) CAVALCANTE Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: Sebastião Velasco e Cruz *et al.* (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação, Perseu Abramo, 2015. p. 177-196.

(7) VELASCO e CRUZ Sebastião; KAYSEL André; CODAS Gustavo (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015. SAAD-FILHO Alfredo; BOITO Armando. *Brazil: the failure of the PT and the rise of the ‘New Right’*, *op. cit.*

(8) SINGER André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014) *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, p. 42-71, p. 67, 2015.

(9) MAGALHÃES José Carlos G. de. *Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil*. 2015, 51 p. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/20150727210907631636487.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.

(10) BOITO Armando; GALVÃO Andréia; MARCELINO Paula. La nouvelle phase du syndicalisme brésilien. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 80, p. 147-167, 2015.

(11) GALVÃO Andréia; MARCELINO Paula; TRÓPIA, Patrícia. *As bases sociais das novas centrais sindicais*. Curitiba: Appris, 2015.

(12) A estrutura sindical corporativa se caracteriza pela concessão, por parte do Estado, do monopólio da representação a um sindicato por categoria profissional e de contribuições financeiras compulsórias que asseguram a sobrevivência das organizações sindicais.

(13) DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. *Observatório Social da América Latina*, n. 19, p. 330-331, 2006. ANTUNES, Ricardo. A ‘engenharia da cooptação’ e os sindicatos no Brasil recente. *Jornal dos Economistas*, n. 268, p. 5-6, 2011.

burocracia sindical, associado, sobretudo, à atuação nos fundos de pensão<sup>(14)</sup>; o apassivamento das direções<sup>(15)</sup>; e o consentimento passivo das massas aos governos de Lula e Dilma<sup>(16)</sup>. De nossa parte, identificamos uma recuperação da atividade sindical no Brasil<sup>(17)</sup> e sustentamos a coexistência entre uma forte e vitoriosa atividade no plano da luta reivindicativa e uma orientação política moderada na cúpula do movimento sindical<sup>(18)</sup>.

A nosso ver, para se apreender as dificuldades e contradições do sindicalismo em face dos governos petistas, é necessário considerar a origem política comum entre o sindicalismo vinculado à CUT e o PT e, conseqüentemente, o fato de que eles partilham de um mesmo projeto político-ideológico<sup>(19)</sup>. Ao mesmo tempo, é necessário observar não apenas as direções sindicais, mas também as bases, sob o risco de substituir a análise do processo pela análise da trajetória de indivíduos<sup>(20)</sup>. Nesse sentido, a participação nas instituições estatais não necessariamente significa estatização ou integração ao aparelho do Estado.

Essas questões também são objeto de reflexão dos estudos sobre movimentos sociais. Para algumas autoras, a ampliação dos canais institucionais de participação política (como conselhos e conferências de políticas públicas e espaços tripartites de negociação) e a presença de militantes provenientes de diferentes movimentos sociais em cargos no interior da burocracia federal deram origem a diversos padrões de interação entre Estado-sociedade<sup>(21)</sup>. Essa participação que, como afirmamos, não necessariamente leva ao atendimento

das demandas apresentadas pelos movimentos, repercute sobre suas formas de atuação e capacidade de mobilização.

No caso do sindicalismo, as maiores e mais importantes centrais sindicais manifestaram preferência pela atuação institucional, intervindo ativamente nos espaços de participação assegurados pelo governo. Se essa atuação não eliminou os conflitos e mobilizações, estes desempenharam um papel mais demonstrativo do que organizativo e politizador, sendo pouco eficazes para respaldar a posição sindical nas negociações efetuadas no âmbito estatal.

No que se refere aos direitos sociais e trabalhistas, os governos do PT, tanto nos dois mandatos de Lula quanto no primeiro mandato de Dilma, fizeram “movimentos contraditórios em relação à regulação social”<sup>(22)</sup>, introduzindo certos direitos (por exemplo, a extensão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço às empregadas domésticas e a ampliação da licença-maternidade) e reduzindo outros por meio do reconhecimento de contratos precários de trabalho. Demandas históricas do movimento sindical e de alcance mais geral, como a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem perda salarial, o fim da demissão imotivada, a assinatura da Convenção n. 151 da OIT de modo a instituir a obrigatoriedade da negociação coletiva no setor público, não avançaram no processo de negociação. Desse modo, ao contrário do que sustenta Cardoso<sup>(23)</sup>, o movimento sindical não se tornou governo, já que não conseguiu aprovar a maior parte da sua pauta.

- 
- (14) COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: Francisco de Oliveira *et al.* (Org.). *Hegemonia às avessas*, São Paulo: Boitempo, 2010. BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. *A financeirização da burocracia sindical no Brasil*, maio 2011 (consultado em 10 de dezembro de 2016). Disponível em: <[http://www.correiciudadania.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5816&Itemid=79](http://www.correiciudadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5816&Itemid=79)>. BRAGA Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012. SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. *Revista Sociedade e Estado* n. 13, p. 541-564, 2013.
- (15) MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadores no Brasil dos ‘mega-eventos’. *Observatório Social da América Latina*, n. 36, p. 215-226, 2014.
- (16) BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016. p. 55-92.
- (17) BOITO, Armando; MARCELINO Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, 2010.
- (18) BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. *La nouvelle phase du syndicalisme brésilien. Op. cit.*
- (19) GALVÃO, Andréia. Syndicalisme et politique: regards croisés à partir du cas brésilien. *Contretemps*, Paris, v. 23, p. 27-37, 2014.
- (20) GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia. *As bases sociais das novas centrais sindicais*. Curitiba: Appris, 2015.
- (21) ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a Experiência da Era Lula. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, Rio de Janeiro, p. 325-357, 2014.
- (22) KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho nos anos 2000. *Cuadernos del Cendes*, n. 89, p. 47-82, 2015.
- (23) CARDOSO, Adalberto. Sindicatos no Brasil: passado, presente e futuro. In: Antonio David Cattani (Dir.). *Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos, p. 121-145. 2014.

A dificuldade de se aprovar as reivindicações sindicais se deve, a nosso ver, a três ordens de fatores: 1) à natureza heterogênea da coalizão política, o que faz com que os ganhos para os trabalhadores constituam limites para os interesses de um outro componente da frente política neodesenvolvimentista: a grande burguesia interna, da qual fazem parte industriais e empresários do agronegócio<sup>(24)</sup>; 2) à dificuldade de mobilizar os trabalhadores em torno de uma pauta de direitos mais ampla, num contexto de crescimento econômico, pois a redução do desemprego e a melhora na distribuição de renda satisfazem os interesses mais imediatos de grande parte dos trabalhadores; 3) e às características dos principais fóruns tripartites criados pelo governo Lula, o Fórum Nacional do Trabalho (FNT) e o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), que não permitem uma influência decisiva dos sindicatos na elaboração das políticas públicas. Apesar da expectativa criada quando de sua implantação, a participação sindical nesses espaços enfrenta vários obstáculos. Em primeiro lugar, convém destacar que o Brasil é um país sem tradição de concertação social, de modo que o funcionamento desses fóruns se deu de forma incipiente e irregular. Em segundo lugar, tanto a composição desses fóruns e os critérios de escolha de seus integrantes quanto suas regras de funcionamento limitaram as possibilidades de se discutir uma pauta especificamente sindical. O CDES, por exemplo, que é integrado por representantes empresariais, sindicais, de movimentos sociais, do governo, além de intelectuais e personalidades de destaque em atividades culturais e filantrópicas, possui uma sobrerrepresentação empresarial. Em 2003, 48% dos conselheiros eram vinculados ao setor empresarial e 11% aos sindicatos. Essa disparidade se manteve e em 2010 a distribuição era de 44,3% e 18,8%, respectivamente<sup>(25)</sup>.

A heterogeneidade da coalizão governamental pode ser auferida a partir do exame de algumas das medidas em tramitação no Congresso Nacional. De um conjunto de 27 projetos de lei contrários aos interesses dos trabalhadores e sindicais, 20 foram propostas por partidos da base aliada<sup>(26)</sup>. Os dois principais partidos da base aliada (PR e PMDB, que ocuparam a vice-presidência entre

2003-2010 e 2011-2016), foram responsáveis, respectivamente, pela apresentação de três dos sete projetos de lei contrários aos interesses dos trabalhadores. São projetos que ampliam as possibilidades de terceirização, que autorizam a derrogação da lei pela negociação e que instituem novas modalidades de contratos precários de trabalho.

A despeito desses limites, a maior parte do movimento sindical assumiu uma posição política de apoio aos governos de Lula e Dilma, o que, a nosso ver, levou a uma moderação da luta política. Essa moderação reside no fato de que as centrais sindicais não questionavam o modelo de desenvolvimento adotado pelos governos, mas, antes, buscavam seu aperfeiçoamento. Assim, restringiam-se a lutar por crescimento econômico e distribuição de renda no interior desse projeto, aceitando o reformismo fraco e sem confronto com o capital que caracterizou os governos petistas<sup>(27)</sup>. Uma exceção a esse posicionamento foi a estratégia adotada pelas minoritárias CSP-Conlutas e Intersindical, organizações de esquerda que surgiram de uma cisão da CUT e que não cumprem os requisitos de representatividade para serem oficialmente reconhecidas como centrais sindicais. Essas centrais foram oposição aos governos do PT, apontando as contradições e os limites do projeto neodesenvolvimentista que, na prática, inviabilizavam o atendimento de grande parte das demandas sindicais. Porém, suas críticas a um governo que gozava de amplo apoio popular e as características próprias dessas organizações dificultaram, a nosso ver, seu enraizamento junto às bases, o que explica, em parte, sua pequena representatividade.

O sindicalismo brasileiro continuou, ao longo dos governos do PT, marcado pelo corporativismo estatal, sendo um sindicalismo de dirigentes, pouco enraizado no local de trabalho. Ainda assim, os sindicatos protagonizaram importantes conflitos motivados, sobretudo, por questões de natureza salarial. O crescimento das greves, que já vinha ocorrendo desde 2004, se acentuou a partir de 2008. Importantes mobilizações ocorreram em setores como educação, correio, bancos públicos e privados, petróleo, metrô e diferentes categorias de

(24) Cf. BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo, *cit.*

(25) ARAUJO, Mariana Peluso de. Participação Social no Governo Lula: Os Casos do CDES e do CNDI. *Diversitates*, v. 5 (2), p. 109-132, 2012.

(26) A saber: PT, PMDB, PCdoB, PDT, PR, PSD, PP, PSC, PRB, PTN, PTB (a partir de 2011), PSB, PSC, sendo que os três últimos deixaram a base aliada em 2013. GALVÃO, Andréia. Political action of the Brazilian labour movement: issues and contradictions facing PT governments. *Studies in Political Economy*, v. 96, p. 1-15, 2016.

(27) SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, p. 42-71, 2015.

funcionários públicos. Várias greves foram deflagradas à margem dos sindicatos e, às vezes, contra seus dirigentes. É o caso dos operários da construção das hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antonio ou dos canteiros petroquímicos do Estado do Rio de Janeiro (Comperj), os garis do Rio e os motoristas de ônibus de várias capitais de estado<sup>(28)</sup>.

A eficácia do sindicalismo em mobilizar os trabalhadores em nome de demandas econômico-corporativas contrasta, porém, com sua baixa capacidade de mobilizar em torno de reivindicações mais amplas, que exigiam mudanças na legislação e nas políticas públicas. Isso fica evidente quando comparamos as marchas nacionais “da classe trabalhadora”, realizadas entre 2004 e 2014 em defesa do aumento do salário mínimo e de direitos sociais, com as manifestações de junho de 2013, deflagradas pelo Movimento do Passe Livre (MPL) e que reuniram milhões nas ruas das grandes e médias cidades brasileiras.

As manifestações de junho trouxeram à tona dife-rentes insatisfações com os governos do PT, sobre as quais falaremos adiante. Essas insatisfações também foram manifestadas por parte do movimento sindical. Ainda assim, com exceção da Força Sindical, que apoiou o candidato do PSDB, as centrais oficialmente reconhecidas (a despeito de algumas dissidências internas) e os mais importantes movimentos sociais apoiaram Dilma nas eleições presidenciais de 2014. Apesar desse apoio ter sido decisivo para assegurar sua reeleição, Dilma optou por enfrentar a crise econômica e política por meio do ajuste fiscal e de um programa centrado na austeridade, contrariando o compromisso assumido no discurso de posse de seu segundo mandato: “nenhum direito a menos”. Essa opção abalou a relação dos movimentos sociais com o governo e lhe custou a perda de uma parcela significativa de apoio popular.

Duas medidas, em especial, provocaram críticas por parte do movimento sindical: a Medida Provisória n. 664/2015, que restringiu o acesso ao auxílio-doença e ao recebimento de pensão pelo dependente em caso de morte do segurado, e a Medida Provisória n. 665/2015, que dificultou o acesso ao seguro-desemprego e ao abono salarial. O governo também anunciou a intenção de promover uma nova reforma da previdência, para alinhar as aposentadorias ao aumento da expectativa de vida. Para isso, criou, em abril de 2015, o Fórum de Debates sobre

Políticas de Trabalho, Renda, Emprego e Previdência, com a participação das centrais reconhecidas.

Com a crise econômica e política evidenciada desde 2015, aumentaram as dificuldades para as centrais vocalizarem suas demandas no plano institucional, já que a oposição ao reconhecimento e conquista de novos direitos aumentou e uma parte do sindicalismo admitia até mesmo negociar alguns dos direitos existentes. As mobilizações ofensivas no plano econômico-corporativo, por aumento salarial e inclusão de novos benefícios nos acordos coletivos, deram lugar a mobilizações defensivas (pela manutenção do emprego e contra a perda de direitos). Lutas de caráter ofensivo tradicionais, tal como a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, estão, visivelmente, descartadas da pauta de mobilizações desse novo período. Mas, antes de tratar do governo Temer, vejamos mais de perto as características das mobilizações no período de crise da frente neodesenvolvimentista.

### 3. O SINDICALISMO E AS RUAS DE 2013 A 2016

Já mencionamos que a preferência pela ação institucional não eliminou conflitos trabalhistas e mobilizações sindicais. Mas os protestos sociais, em geral, adquiriram uma nova dinâmica e intensidade a partir de junho de 2013, sendo necessário refletir sobre o papel que os sindicatos desempenharam naquelas manifestações. Partimos da hipótese de que, naquela conjuntura, os sindicatos foram substituídos por outros movimentos sociais tais como o MPL, os movimentos dos sem-teto e os movimentos opostos aos deslocamentos provocados pela construção de usinas hidrelétricas, portos, estádios de futebol, na liderança das grandes manifestações de ruas, sobretudo no contexto que antecedeu a Copa do Mundo de 2014. Embora, como afirma Cardoso<sup>(29)</sup>, não seja apropriado comparar dois movimentos diferentes, parece ser possível dizer que a convocação, pelas centrais, de duas jornadas nacionais unitárias de lutas e paralisações, em julho e agosto de 2013, com o objetivo declarado de “fazer avançar a pauta dos trabalhadores no congresso”, não alcançou a mesma dimensão das manifestações de junho em termos do número de participantes, a despeito da ampla pauta de reivindicações apresentada e do fato de ter sido mais efetiva na paralisação temporária de ramos produtivos importantes.

(28) MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadores no Brasil dos ‘mega-eventos’. *Observatório Social da América Latina*, n. 36, p. 215-226, 2014.

(29) CARDOSO, Adalberto. Sindicatos no Brasil: passado, presente e futuro. In: Antonio David Cattani (Dir.). *Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos, 2014. p. 121-145.

As manifestações de junho de 2013 foram heterogêneas, tanto em termos das demandas apresentadas quanto dos atores envolvidos. Setores de esquerda e de direita, que criticavam os governos do PT por razões distintas, se encontraram nas ruas. Os críticos à direita buscaram deslocar o sentido das manifestações, inicialmente contrárias ao aumento das tarifas e à má qualidade do transporte público, para eleger como alvo o governo federal, acusando-o de ineficiente, mau gestor e corrupto. Esses segmentos compreendem os descontentes com as políticas sociais de redistribuição de renda (como o Bolsa Família; o Minha casa minha vida) e de ação afirmativa (como as cotas étnico-raciais para ingresso nas universidades e na função pública), bem como com o gasto público destinado a financiar aquelas políticas<sup>(30)</sup>.

Os críticos à esquerda, por sua vez, denunciavam, desde o governo Lula, a ausência de reformas estruturais e a manutenção de uma política econômica conservadora, baseada em uma taxa de juros elevada, uma taxa de câmbio excessivamente valorizada e em uma política fiscal que limitava os recursos destinados às políticas sociais comparativamente ao montante destinado ao pagamento da dívida pública. Contrapunham-se às isenções de impostos aos setores industriais, à retomada de grandes obras de infraestrutura (principalmente hidrelétricas e portos), bem como às concessões e parcerias público-privadas, consideradas privatizações disfarçadas. No plano sindical, essa posição era vocalizada pela CSP-Conlutas e pela Intersindical, cuja capacidade de mobilização era pequena.

Em 2015, os segmentos à direita adquiriram proeminência sobre os demais grupos sociopolíticos com quem disputavam as ruas. Aproveitando-se das denúncias de corrupção envolvendo empresas estatais e políticos do PT, convocaram diversas manifestações pelo *impeachment* de Dilma, manifestações essas que tinham um perfil de classe média<sup>(31)</sup>. Setores populares também participaram das manifestações pelo *impeachment*, mas não constituíam sua maioria. Os dados coletados por meio de diferentes pesquisas realizadas com mani-

festantes e as imagens das manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment* indicam um nítido contraste social e étnico entre seus participantes<sup>(32)</sup>.

Os sindicatos não tiveram uma participação de peso nas manifestações pelo *impeachment*. Porém, a Força Sindical, a despeito da posição contrária de alguns de seus dirigentes, aderiu ao movimento pela destituição de Dilma, responsabilizando-a pela crise econômica e alegando a perda de condições de governabilidade. Convém destacar que o presidente dessa central sindical, o deputado federal Paulinho, desempenhou um papel de destaque na frente parlamentar que viabilizou esse processo. Mas o apoio da Força Sindical à deposição de Dilma não se traduziu em mobilização de seus sindicatos nas ruas.

A despeito das críticas sindicais ao governo Dilma, a iminência do golpe levou a um realinhamento das posições sustentadas pelas centrais, o que constituiu uma novidade do cenário político pós-eleitoral. Com o agravamento da crise política em 2015, uma parte da oposição de esquerda se reaproximou dos movimentos mais próximos do PT em nome da defesa da democracia. Em setembro e outubro de 2015, são criadas: a *Frente Brasil Popular*, integrada por CUT, Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Movimento dos Sem-Terra (MST), entre outros, e a *Frente Povo sem medo*, composta por CUT, CTB, Intersindical, Movimento dos Sem-Teto (MTST). Ambas as frentes adotaram uma posição semelhante, que procura aliar a resistência ao desmonte de direitos à luta pelas liberdades democráticas e por reformas estruturais (democratização do sistema político, do judiciário e das comunicações, reforma tributária, urbana e agrária). Ainda que algumas organizações, como CUT e CTB, participem simultaneamente das duas frentes, verificam-se diferenças importantes no que tange às demais forças políticas que as integram: na *Frente Brasil Popular*, há um polo bastante próximo ao ex-governo, como o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), organização que minimizava a responsabilidade do governo Dilma perante a crise. Já a *Frente Povo sem Medo* reúne em suas fileiras movimentos ligados ao

(30) SAAD-FILHO, Alfredo; BOITO, Armando. *Brazil: the failure of the PT and the rise of the 'New Right'*, cit.

(31) CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: Sebastião Velasco e Cruz et al. (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Fundação, Perseu Abramo, 2015. p. 177-196.

(32) DATAFOLHA, Manifestação na Avenida Paulista, survey com participantes de 15.03.2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contra-a-corrupcao.shtml>>. Acesso em: 05 abr. 2016. DATAFOLHA, Manifestação na Avenida Paulista, survey com participantes de 16.08.2015 (consultado em 05.04.2016). Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>>. FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. Projeto – Manifestações de março, survey comparativo de 13 e 18, 2015/2016, divulgado em março de 2016. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/FPA-Pesquisa-Manifestacoes-Comparativa-2015-2016-SITE-042016-ok.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que fazia oposição ao PT. Essa configuração levou a uma crítica mais dura dessa frente ao governo Dilma. A CSP-Conlutas, por sua vez, não integra nenhuma dessas frentes, considerando que a defesa das instituições democráticas não passava de pretexto para a defesa do governo Dilma. Assim, ela organizou suas próprias manifestações, pronunciando-se ao mesmo tempo contra o governo e contra a oposição de direita, assumindo a bandeira do “fora todos”.

Se CUT, CTB e Intersindical tiveram um papel importante na articulação da resistência contra o golpe, o movimento sindical pouco mobilizou suas bases em torno das palavras de ordem “Não vai ter golpe” e “Fora Temer”, presentes em duas grandes manifestações em 2015 e outras duas em 2016. É certo que havia balões, *stands* de exposição e panfletos das centrais nas manifestações, e que seus dirigentes tomavam a palavra nos carros de som, mas os sindicatos filiados a essas centrais, mesmo aqueles que tradicionalmente estão representados em manifestações de rua (tais como: Sindicatos dos Metalúrgicos do ABC, Sindicato dos Bancários, Apeoesp etc.), não marcaram presença como entidades específicas. O grosso dos manifestantes provinha de outros movimentos sociais, como o MST, o MTST e movimentos de mulheres, de quem Dilma se aproximou nos meses em que procurou defender seu mandato. Havia, também, muitos manifestantes avulsos, não organizados em partidos ou movimentos.

O *impeachment* deixou o movimento sindical numa posição defensiva no plano das políticas nacionais, mas também nos processos de negociação junto às empresas, dada a sobreposição entre crise política e econômica. As reivindicações de tipo defensivas (tais como pagamento de salários atrasados, manutenção de condições vigentes no contrato de trabalho ou pelo descumprimento de direitos) se ampliaram nas greves ocorridas no período. O início desse processo de mudança remonta a 2013, quando reivindicações dessa

natureza passaram a estar presentes em 75% das greves deflagradas. De maneira geral, não é nada incomum que as greves tragam reivindicações defensivas, mas entendemos que elas podem assumir um caráter central em determinadas conjunturas. O ano de 2013 também apontou um recuo das reivindicações ofensivas, isto é, daquelas que avançam sobre os lucros e os rendimentos das empresas ou os recursos do Estado: em 2012, elas estavam presentes em 64% das greves; em 2013, esse número baixou para 57%. Nas greves do funcionalismo público, o número de reivindicações defensivas ultrapassou o de reivindicações ofensivas em 10%. Na esfera privada da economia, houve um equilíbrio entre os dois tipos de reivindicação<sup>(33)</sup>.

Apesar da ampliação da presença de reivindicações de tipo defensivas nas greves de 2013, ainda não era possível falar, naquele momento, que o sindicalismo estava em uma fase mais defensiva. Os reajustes salariais acima do índice oficial da inflação no país apontavam que continuava alta a capacidade de conquistas econômicas dos sindicatos. Desde o ano de 2006, o índice de negociações salariais que estabeleciam ganhos acima da inflação situava-se acima dos 80%. No ano de 2014, esse número alcançou 90,4%<sup>(34)</sup>.

Ainda não temos dados consolidados das greves que ocorreram nos anos de 2014, 2015 e 2016<sup>(35)</sup>. Mas a conjuntura se tornou bastante desfavorável para os trabalhadores: 1) o desemprego aumentou, saltando de 6,8% em 2014 (último ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff e de sua reeleição) para 8,5% em 2015 e 11,5% em (cf. IBGE, 2016)<sup>(36)</sup>; 2) a mobilidade social tornou-se descendente já a partir de 2013, evidenciando um retrocesso nas condições de vida da baixa classe média, justamente o setor que mais havia ascendido no período anterior (QUADROS, 2015); 3) pela primeira vez, depois de 11 anos, o rendimento médio do trabalho, em todas as classes sociais, sofreu um recuo: entre 2014 e 2015, a remuneração média do trabalhador brasileiro caiu em 5%; 4) o mesmo movimento pôde ser

(33) DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). *Estudos e Pesquisas*, n. 79: “Balanço das greves em 2013”, 2015. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

(34) DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). *Estudos e Pesquisas*, n. 80: “Balanço das negociações salariais em 2015”, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq80balancoReajustes2015.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

(35) Não temos no Brasil dados oficiais, produzidos por instituições de Estado, sobre as greves. As informações do Sistema de Acompanhamento de Greves (SAG) do Dieese “são obtidas por meio de notícias veiculadas em jornais impressos ou eletrônicos da grande mídia e da imprensa sindical.” (Dieese, 2015, p. 2). Os dados que o Dieese conseguiu compilar e sistematizar até o momento vão apenas até o ano de 2013. Para 2014, os dados que citamos ainda são provisórios.

(36) IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %) 2016*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default\\_novos\\_indicadores.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_novos_indicadores.shtm)>. Acesso em: 20 nov. 2016.

verificado no Produto Interno Bruto do Brasil que, no acumulado de doze meses até setembro de 2016, caiu 4,4% em relação ao mesmo período de 2015 (DRUMMOND, 2016, p. 26). Além do claro momento de recessão e desemprego, uma onda conservadora trouxe consigo o descrédito nos “políticos” e na “política” (VELASCO e CRUZ, KAYSEL e CODAS, 2015), onda essa que afetou a legitimidade da atuação sindical.

Os balanços das negociações coletivas de 2015 e 2016 mostraram claramente a deterioração das conquistas econômicas obtidas por parte dos trabalhadores sindicalmente organizados. Segundo o Dieese<sup>(37)</sup>, desde 2004, segundo ano do primeiro mandato de Lula da Silva na presidência da república, não se observava um resultado tão desfavorável para os trabalhadores quanto o de 2015, quando apenas 52% dos trabalhadores tiveram algum ganho real acima da inflação; 30% conseguiram apenas a reposição da inflação; e 18% amargaram perdas salariais. O setor dos trabalhadores mais afetado pela crise foi o industrial, onde 55% das negociações salariais resultaram em reajuste igual ou abaixo da inflação – na média geral, essa porcentagem foi de 48%<sup>(38)</sup>. No primeiro semestre do ano de 2016, todos esses indicadores pioraram ainda mais: apenas 24% das negociações salariais resultaram em ganhos reais acima da inflação; 37% delas obtiveram apenas a reposição inflacionária; e 39% das unidades de negociação suportaram perdas salariais. Aumentou também, de forma significativa, o escalonamento dos reajustes salariais, ou seja, a divisão do reajuste ao longo do ano. A título de comparação, no primeiro semestre de 2012, o número de negociações coletivas que resultou em reposição salarial escalonada foi de 4,8%; no primeiro semestre de 2016, essa taxa subiu para 25,3%<sup>(39)</sup>.

Como as centrais sindicais reagiram a esse cenário de perdas? Antes mesmo desta piora geral ser percebida, a CUT – maior central sindical brasileira e, tradicionalmente considerada uma central sindical de esquerda, vinculada de maneira orgânica com o PT – havia retomado certas proposições controversas, apresentando-as diretamente ao governo, sem a mediação das instituições tripartites. Formuladas pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, essas proposições promovem

a flexibilização das relações de trabalho, como o Plano de Proteção ao Emprego (PPE, proposto em 2014), que estabelece a redução da jornada em troca de redução salarial. O salário, reduzido num montante de até 30%, seria pago pela empresa e complementado, até um determinado teto, pelo governo. O PPE poderia ser acionado por empresas que comprovassem atravessar um período de crise e é visto por seus defensores como uma forma de se evitar demissões. Todavia, seus críticos temiam que ela desencadeasse retrocessos na legislação trabalhista (CTB, 2014).

Ao mesmo tempo, desde 2015, vimos aumentar o número de manifestações conjuntas dos movimentos sociais e sindicais contra a austeridade e a perda de direitos. É certo que muitas das medidas propostas foram colocadas em discussão já no governo Dilma, de modo que não são fruto do golpe, mas das contradições e tensões que marcaram os governos do PT. Já em seu primeiro mandato, Dilma havia recolocado em discussão a reforma da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), a prevalência do negociado sobre o legislado, e admitido a possibilidade de criar novos contratos de trabalho (eventual, por hora trabalhada), destinados a garantir um patamar mínimo de direitos aos trabalhadores precários. Essas medidas seriam introduzidas na reforma implementada por Temer em 2017.

Os empregadores, por sua vez, aproveitaram-se da estagnação econômica e da instabilidade política para retomar as condições de exploração e recompor suas margens de lucro. Nesse sentido, recolocaram em tramitação o Projeto de Lei n. 4.330/2004 que libera a terceirização para todos os tipos de atividade. O projeto, aprovado pela Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado (PLC n. 30/2015), ensejou uma grande reação sindical: apenas em 2015, foram convocadas três jornadas de luta cujo mote principal foi a denúncia desse projeto, com manifestações massivas e paralisações de algumas categorias (como metalúrgicos e trabalhadores de transportes públicos) em todas elas. Esse exemplo indica que quando se trata de resistir a medidas contrárias aos direitos sociais e trabalhistas, as centrais conseguem mobilizar um contingente mais amplo de trabalhadores e construir um movimento mais unitário,

(37) DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). *Estudos e Pesquisas*, n. 80: Balanço das negociações salariais em 2015, 2016. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq80balancoReajustes2015.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

(38) Dieese, 2015, *cit.*, p. 3.

(39) DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). *Estudos e Pesquisas*, n. 81: Balanço das negociações salariais no primeiro semestre de 2016, 2016. p. 7. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq81balancoReajustes1semestre2016.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.



envolvendo também os setores sindicais à esquerda. A Força Sindical foi a única ausente dessas manifestações. Retomando, em parte, os argumentos favoráveis à flexibilização de direitos que marcara seu posicionamento nos anos 1990, essa central ficou isolada na defesa do projeto, sob o argumento de que era necessário regulamentar (e supostamente proteger) doze milhões de trabalhadores terceirizados a pretexto de que a regulação vigente (que proibia a terceirização nas atividades-fim de uma empresa) era insuficiente para tanto. O posicionamento da Força Sindical gerou protestos por parte de alguns sindicatos e ela filiados e uma redefinição da estratégia da central, que optou por apresentar emendas ao projeto. As resistências a esse projeto não foram suficientes para impedir a liberação da terceirização para as atividades-fim. Em 2017, já sob o governo Temer, o Congresso Nacional retomou e aprovou um outro projeto destinado a regulamentar a terceirização, o PL n. 4.302/1998, de autoria do governo de Fernando Henrique Cardoso, eliminando assim as barreiras legais para a terceirização de qualquer atividade das empresas.

Trataremos da conjuntura pós-*impeachment* de modo mais detalhado a seguir.

#### 4. A OFENSIVA DO GOVERNO TEMER SOBRE OS DIREITOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Desde agosto de 2016, quando Michel Temer foi confirmado na presidência, os ataques aos direitos sociais e trabalhistas têm sido constantes e as perdas têm se acumulado. Apesar de as manifestações sindicais e populares terem se multiplicado<sup>(40)</sup>, a ausência de uma estratégia unificada diante do golpe e das reformas fragilizou as possibilidades de resistência sindical.

O governo Temer propôs e aprovou medidas que são bastante prejudiciais aos trabalhadores brasileiros: 1) a reforma constitucional que prevê o congelamento do gastos públicos por 20 anos, reajustando-os apenas de acordo com a inflação, o que implica um acentuado corte de recursos em saúde, educação, infraestrutura<sup>(41)</sup>; 2) a concessão aos funcionários públicos do judiciário – base e agente político importante do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff – de significa-

tivos aumentos salariais, ao mesmo tempo que fazia um discurso em favor da austeridade fiscal; 3) a diminuição da quantidade de ministérios, rebaixando alguns importantes para a promoção de políticas de igualdade e proteção de minorias à condição de secretarias de Estado (tais como o Ministério da Igualdade Racial, o de Políticas para as Mulheres e o de Direitos Humanos); 4) a retomada do projeto de desestatização por meio da Medida Provisória n. 727, que trata de parcerias entre a iniciativa privada e o Estado e de contratos de concessão relacionados à infraestrutura, estimulando a privatização de empresas estatais e dos serviços públicos; 5) a aprovação da Desvinculação das Receitas da União (DRU), o que permite ao governo usar livremente parte de sua arrecadação até 2023, sem ter que destinar verbas fixas para saúde ou educação, por exemplo; 6) a alteração das regras de exploração da maior jazida de petróleo encontrada no mundo nos últimos dez anos (o pré-sal), retirando da Petrobras a supremacia na exploração do combustível fóssil e transferindo muitos dos empregos que seriam gerados no Brasil para o exterior; 7) o envio, para a Câmara dos Deputados, de uma proposta de reforma da previdência social que pretende instituir a idade mínima de 65 anos para a aposentadoria de homens e mulheres e acabar com a indexação dos benefícios previdenciários pelo salário mínimo (PEC n. 287/2016); 8) a aprovação da terceirização irrestrita, já mencionada; 9) a aprovação de uma ampla reforma trabalhista, que autoriza a derrogação da lei pela negociação coletiva, expande as modalidades de contratação precária e limita as possibilidades de recurso à Justiça do Trabalho (Lei n. 13.467/2017).

Trata-se, como podemos observar, de um extenso e profundo processo de desmonte. Algumas dessas medidas foram tomadas ainda no período de governo interino, antes da conclusão do processo de *impeachment* de Dilma Rousseff. Desde de 2002, pelo menos, projetos de governo semelhantes vinham sendo rejeitados nas urnas. Contudo, ao contrário do anunciado quando da admissibilidade do processo de *impeachment*, o movimento sindical demorou a organizar uma greve geral, que foi realizada apenas em 28 de abril de 2017. Com o objetivo de evitar o retrocesso nos direitos trabalhistas, essa greve – convocada por todas as centrais sindi-

(40) Foram cinco dias nacionais de mobilização em 2016 contra Temer e as reformas, três em 2017, além de duas greves gerais. Em 2016, as paralisações foram convocadas por praticamente todas as centrais sindicais brasileiras – exceção feita à Força Sindical que, como indicamos, aliou-se ao governo Temer. Já em 2017, diante da extensão dos danos aos direitos dos trabalhadores, sobretudo por projetos de reforma previdenciária e trabalhista, a Força Sindical passou a participar da convocação de algumas das manifestações.

(41) Essa aprovação ocorreu no dia 13 de dezembro, data simbólica, pois foi nesse dia que, em 1968, foi aprovada a mais dura lei de repressão à oposição à ditadura militar brasileira, o Ato Institucional n. 5 (AI5).

cais politicamente relevantes, inclusive por aquelas que ocuparam posições distintas no processo de *impeachment*, como a Força Sindical e a Conlutas – entrou para a história como a maior greve geral já ocorrida no país, com 35 milhões de trabalhadores parados em 26 estados e mais o Distrito Federal. Uma nova greve geral foi realizada em 30 de junho, desta feita com menor adesão. Alguns sindicatos chegaram a substituir a expressão greve geral por “dia de mobilizações e de paralisações”<sup>(42)</sup>. A despeito de sua importância, as greves não foram capazes de barrar a reforma, aprovada em julho de 2017.

Por outro lado, o governo Temer instalou, um pouco antes da votação da reforma pelo Senado, o Conselho Nacional do Trabalho, organismo tripartite, com a participação das 6 centrais reconhecidas. Este, no entanto, não chegou a participar das discussões sobre a reforma trabalhista. Embora o foco da reforma seja a legislação trabalhista, vários de seus aspectos atingem diretamente o sindicalismo, mediante a descentralização da negociação coletiva, o aprofundamento da fragmentação das bases de representação sindical com a ampliação das formas de contratação precária, a possibilidade da negociação individual de aspectos importantes da relação de trabalho, a rescisão contratual sem a intermediação sindical, a representação dos trabalhadores no local de trabalho por fora dos sindicatos. Além de esvaziar as prerrogativas sindicais, a reforma impacta suas finanças, condicionando a cobrança do imposto sindical à anuência prévia por parte do trabalhador<sup>(43)</sup>.

Diante desses ataques, as centrais têm adotado iniciativas variadas. Além das manifestações, já mencionadas, as seis centrais reconhecidas, CUT, Força Sindical, UGT, CSB, CTB e NCST apresentaram denúncia da reforma trabalhista na OIT. A CUT iniciou uma campanha de coletas de assinaturas para um projeto de lei de iniciativa popular em prol da anulação da reforma que conta com o apoio das demais centrais. O Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), do qual fazem parte 22 confederações da estrutura oficial e é presidida pelo vice-presidente da NCST, lançou em setembro de 2017 a campanha “Movimento Resistência por um Brasil

Melhor”, para combater os retrocessos impostos pelas reformas de Temer.

Em outra frente, FS, UGT, CTB, NCST, CSB e NCST negociaram com a Fiesp uma proposta para promover o crescimento econômico e a geração de empregos. Apresentada pelas centrais ao governo, a proposta compreende a retomada do crédito e das obras públicas paralisadas, incentivos à construção civil mediante a retomada de obras de infraestrutura e habitação popular, renovação da frota de veículos e maquinário industrial, cumprimento das normas de conteúdo local para os setores de petróleo e gás e aumento das parcelas do seguro-desemprego. Trata-se, portanto, de uma agenda de desenvolvimento bastante semelhante à implementada pelos governos petistas, mas que não conta com a participação da CUT, que se nega a sentar à mesa com um governo que ela considera ilegítimo. Essas mesmas centrais têm discutido a formulação de uma medida provisória para rever as cláusulas da reforma por elas consideradas mais nefastas, como o fim do imposto sindical, o trabalho insalubre para gestantes e lactantes, o trabalho intermitente, a homologação da rescisão sem a presença sindical e a negociação individual das condições de trabalho. A CUT, igualmente, não participa dessa discussão, assim como a Conlutas e a Intersindical.

Por fim, as centrais têm defendido a necessidade de eleger representantes dos trabalhadores para o Congresso Nacional nas eleições de 2018 como forma de barrar e reverter as reformas.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sindicalismo brasileiro integrou a frente política de sustentação dos governos do PT, frente essa na qual ocupava posição política subordinada e que era hegemônica por uma determinada fração burguesa: a grande burguesia interna. A crise política que vem desde a eleição presidencial de 2014, passou pelo golpe parlamentar de agosto de 2016 e já chega ao final desse mesmo ano ainda sob o governo de Michel Temer, colocou em cheque essa frente política que vigorou pelo

(42) Há várias hipóteses, não excludentes, para explicar a menor adesão a esta greve geral: 1) a divisão no interior das centrais: uma parte não apostou na mobilização e sim na possibilidade de negociar uma medida provisória com o governo, como abordaremos adiante; 2) uma parte do movimento sindical assimilou o discurso da modernização das relações de trabalho, e alguns sindicatos inclusive só existem graças à terceirização, uma vez que os terceirizados integram categorias profissionais distintas dos trabalhadores diretamente contratados pelas empresas; 3) o desconto salarial dos grevistas e as multas impostas pela Justiça aos sindicatos em decorrência da greve de 28 de abril inibiram a participação de categorias com grande tradição grevista, como os metroviários de São Paulo. Sem paralisação nos transportes, a greve geral não acontece. Boa parte do sucesso da greve do dia 28 se deveu à greve passiva, em que as pessoas ficam em casa por falta de opção para ir ao trabalho; 4) a proximidade da votação da reforma (em 11 de julho) e o cansaço com o extenso calendário de mobilizações.

(43) CESIT. *Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista*, 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>>.

menos entre 2005 e 2014. Tudo indica que esse ciclo neodesenvolvimentista chegou ao fim. Não sabemos se o governo Temer vai durar até as eleições gerais previstas para outubro de 2018, tendo em vista as suas muitas debilidades em termos de apoio popular, mas, principalmente, as disputas intraburguesas pela hegemonia no governo.

A despeito de ter sido uma força aliada aos governos de Lula e Dilma, o sindicalismo esteve relativamente ausente nas mobilizações contra ou a favor do *impeachment* de Dilma, se comparado a outros movimentos sociais. As maiores centrais sindicais de centro-esquerda tiveram um papel importante na articulação da resistência contra o golpe, mas pouco mobilizaram suas bases em defesa do governo deposto. A deterioração das condições econômicas e sociais desde antes do *impeachment* deixou o movimento sindical numa posição defensiva. Verifica-se uma tendência ao aprofundamento da presença de motivações defensivas nas greves, ainda que o número de greves possa aumentar ou se estabilizar. Os balanços das negociações coletivas mostram a perda de conquistas econômicas obtidas por parte dos trabalhadores sindicalmente organizados.

Por outro lado, e apesar do apoio dado por parte da Força Sindical ao *impeachment*, o governo Temer não foi capaz de construir uma base sindical, de modo que não há, no momento em que finalizamos este artigo, nenhuma central sindical que o sustente politicamente. O sindicalismo tem procurado enfrentar as contrarreformas de Temer, notadamente sua política de austeridade, o projeto de reforma da previdência, a terceirização irrisória e a ampla reforma trabalhista aprovada.

Assim, à medida que os ataques aos direitos conquistados pelos trabalhadores foram se amplificando, houve um certo realinhamento das centrais, o que permitiu a convocação de atos conjuntos. No entanto, a divisão das centrais entre uma parte disposta a negociar as contrarreformas (Força Sindical, UGT, CSB, NCST, CGTB) e outra que se nega a fazê-lo (CUT, Intersindical, Conlutas – a CTB parecendo oscilar entre essas posições) expressa diferenças político-ideológicas importantes. Ao mesmo tempo, a proximidade do calendário eleitoral interfere no posicionamento diante do governo e de suas reformas. A defesa de Diretas já por parte de algumas centrais, o entendimento de que é melhor que Temer conclua o mandato por parte de outras, a definição antecipada de candidaturas para as eleições presidenciais, tudo isso desequilibra o realinhamento recém-conquistado.

Por tudo o que indicamos acima, pode se esperar tempos difíceis para o sindicalismo brasileiro.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de Interação Estado-Sociedade em um Estado Heterogêneo: a Experiência da Era Lula. *Dados, Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 2, Rio de Janeiro: p. 325-357, 2014.
- ANTUNES, Ricardo. A 'engenharia da cooptação' e os sindicatos no Brasil recente. *Jornal dos Economistas*, n. 268, p. 5-6, 2011.
- ARAÚJO, Mariana Peluso de. Participação Social no Governo Lula: Os Casos do CDES e do CNDI. *Diversitates*, v. 5 (2), p. 109-132, 2012.
- BOITO JR., Armando. *As bases políticas do neodesenvolvimentismo*. 2012. Disponível em: <<http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf>>. Acesso em: 11 abr. 2013.
- BOITO, Armando; MARCELINO Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. *Cadernos CRH*, Salvador, v. 23, n. 59, p. 323-338, 2010.
- BOITO, Armando; GALVÃO, Andréia; MARCELINO, Paula. La nouvelle phase du syndicalisme brésilien. *Cahiers des Amériques Latines*, n. 80, p.147-167, 2015.
- BOITO, Armando; SAAD-FILHO, Alfredo. State, State Institutions, and Political Power In: Brazil. *Latin: American Perspectives*, n. 43 (2), p. 190-206, 2016.
- BRAGA, Ruy. Terra em transe: o fim do lulismo e o retorno da luta de classes. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel (Orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BIANCHI, Alvaro; BRAGA, Ruy. *A financeirização da burocracia sindical no Brasil*, maio 2011. Disponível em: <[http://www.correiciudadania.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=5816&Itemid=79](http://www.correiciudadania.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=5816&Itemid=79)>. Acesso em: 10 dez. 2016.
- CAMPOS, Cauê Vieira. *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*. Dissertação (Mestrado em Ciência Política; Unicamp), 2016, p. 220.
- CARDOSO, Adalberto. Sindicatos no Brasil: passado, presente e futuro. In: Antonio David Cattani (Dir.). *Trabalho: horizonte 2021*. Porto Alegre: Escritos, 2014.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e conservadorismo liberal. In: Sebastião Velasco e Cruz *et al.* (Dir.), *Direita, volver!* O retorno da direita e o ciclo político brasileiro. São Paulo: Editora Fundação, Perseu Abramo, 2015.
- CESIT. Contribuição Crítica à Reforma Trabalhista, 2017. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/dossie-reforma-trabalhista/>>.

- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. In: Francisco de Oliveira *et al.* (Org.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- CTB. Por que não apoiamos este programa de proteção ao emprego. Disponível em: <<http://portalctb.org.br/site/sala-de-imprensa/24357-porque-n%C3%A3o-apoiamos-este-programa-de-prote%C3%A7%C3%A3o-ao-emprego.html>>. Acesso em: 18 dez. 2014.
- DATAFOLHA. *Manifestação na Avenida Paulista*, survey com participantes de 15.03.2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/03/1604284-47-foram-a-avenida-paulista-em-15-de-marco-protestar-contra-a-corrupcao.shtml>>. Acesso em: 05 abr. 2016.
- DATAFOLHA. *Manifestação na Avenida Paulista*, survey com participantes de 16.08.2015. Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2015/08/1669735-135-mil-vao-a-protesto-na-paulista.shtml>>. Acesso em: 02 abr. 2017.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). *Estudos e Pesquisas, n. 81: Balanço das negociações salariais no primeiro semestre de 2016*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq81balancoReajustes1semestre2016.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2016.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), *Estudos e Pesquisas, n. 80: Balanço das negociações salariais em 2015*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodosreajustes/2016/estPesq80balancoReajustes2015.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.
- DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos). *Estudos e Pesquisas, n. 79: Balanço das greves em 2013*. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2013/estPesq79balancogreves2013.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.
- DRUCK, Graça. Os sindicatos, os movimentos sociais e o governo Lula: cooptação e resistência. *Observatório Social da América Latina*, n. 19, p. 330-331, 2006.
- DRUMMOND, Carlos. O abismo que nos separa. *Revista Carta Capital*, ano XXII, n. 930, p. 26-29, 2016.
- FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Projeto – Manifestações de março*, survey comparativo de 13 e 18, 2015/2016, divulgado em março de 2016. Disponível em: <<http://novo.fpabramo.org.br/sites/default/files/FPA-Pesquisa-Manifestacoes-Comparativa-2015-2016-SITE-042016-ok.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2016.
- GALVÃO, Andréia. Political action of the Brazilian labour movement: issues and contradictions facing PT governments. *Studies In: Political Economy*, v. 96, p. 1-15, 2016.
- GALVÃO, Andréia. Syndicalisme et politique: regards croisés à partir du cas brésilien. *Contretemps*, Paris, v. 23, p. 27-37, 2014.
- GALVÃO, Andréia; MARCELINO Paula; TRÓPIA, Patrícia. *As bases sociais das novas centrais sindicais*. Curitiba: Appris, 2015.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Taxa de desocupação das pessoas de 14 anos ou mais de idade, na semana de referência (em %)*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad\\_continua/default\\_novos\\_indicadores.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/default_novos_indicadores.shtm)>. Acesso em: 20 nov. 2016.
- KREIN, José Dari; BIAVASCHI, Magda. Brasil: os movimentos contraditórios da regulação do trabalho nos anos 2000. *Cuadernos del Cendes*, n. 89, p. 47-82, 2015.
- LINHARES, Rodrigo. As greves de 2011 a 2013. *Revista Ciências do trabalho*, n. 5, p. 97-112, 2015.
- MAGALHÃES, José Carlos G. de. *Crescimento, emprego e distribuição de renda: o desempenho econômico do primeiro governo Dilma e o ressurgimento do pacto antidistributivista no Brasil*. 2015, 51 p. Disponível em: <<http://www.ifibe.edu.br/arq/20150727210907631636487.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2016.
- MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas da classe trabalhadores no Brasil dos ‘mega-eventos’. *Observatório Social da América Latina*, n. 36, p. 215-26, 2014.
- QUADROS, Waldir. Paralisia econômica, retrocesso social e eleições. Campinas, IE/Unicamp. *Texto para Discussão*, n. 249, 2015.
- SAAD-FILHO, Alfredo; BOITO, Armando. Brazil: the failure of the PT and the rise of the ‘New Right’. *Socialist Register*, London: Merl, In: Press, p. 213-230, 2016.
- SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). *Novos Estudos Cebrap*, n. 102, 2015, p. 42-71.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SOARES, José de Lima. As centrais sindicais e o fenômeno do transformismo no governo Lula. *Revista Sociedade e Estado* n. 13, p. 541-564, 2013.
- VELASCO E CRUZ, Sebastião; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo (Dir.). *Direita, volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
- VÉRAS, Roberto. Brasil em obras, peões em luta, sindicatos surpreendidos. *Revista Crítica de Ciências Sociais (On-line)*, n. 103, p. 111-136, 2014.